

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.092 - SP (2019/0252484-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUÇOES - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : JOEL LUIS THOMAZ BASTOS - SP122443
IVO WAISBERG - SP146176
RECORRIDO : PEM ENGENHARIA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : SIDINEY PEREIRA DE SOUZA - SP107557
MARCOS HOKUMURA REIS - SP192158
GUILHERME TOSHIHIRO TAKEISHI - SP276388
DÉBORA MANFIOLLI ARPAG AUS - SP273315
AGRAVANTE : PEM ENGENHARIA LTDA
ADVOGADOS : SIDINEY PEREIRA DE SOUZA - SP107557
MARCOS HOKUMURA REIS - SP192158
GUILHERME TOSHIHIRO TAKEISHI - SP276388
AGRAVADO : INEPAR S.A. INDUSTRIA E CONSTRUÇOES - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : JOEL LUIS THOMAZ BASTOS - SP122443
IVO WAISBERG - SP146176

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE FALÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022, II, DO CPC/2015. OCORRÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DE PEM ENGENHARIA LTDA.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por PEM ENGENHARIA LTDA., com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal.

Compulsando os autos, verifica-se que a agravante propôs pedido de falência (e-STJ, fls. 1-10), tendo o Juízo de primeiro grau julgado improcedente o pedido (e-STJ, fls. 6.054-6.059).

Interposto recurso de apelação pela ora agravante, o Tribunal de origem decidiu, por unanimidade, dar-lhe parcial provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl.

6.161):

APELAÇÃO. PEDIDO DE FALÊNCIA. Impontualidade. Art. 94, I, da Lei n.º 11.101/2005. Controvérsia sobre a regularidade formal do protesto do título que representa a dívida. Não esgotadas as tentativas de intimação pessoal da devedora. Irregularidade da intimação realizada por edital. Art. 15 da Lei n.º 9.492/97. Consequência jurídica do reconhecimento da ausência de pressuposto de constituição do processo que é a sua extinção, sem resolução do mérito. Art. 485, IV, do CPC. Honorários advocatícios. Fixação no mínimo legal. Possibilidade de redução, diante do elevado valor da causa, em contraposição e desproporção ao trabalho desempenhado pelos patronos da ré, diante da complexidade, natureza e relevância da causa. Aplicação do art. 85, §8º, do CPC, ao caso concreto. Arbitramento em R\$ 30.000,00, que bem remunera o trabalho desenvolvido, sendo proporcional ao trabalho desempenhado e consideradas as peculiaridades do caso concreto. Não se pode perder de vista que os honorários sucumbenciais visam remunerar o trabalho dos advogados da parte vencedora, considerada a complexidade, a natureza e relevância da causa, devendo ser proporcional, não devendo os advogados ser contemplados financeiramente por outros motivos, que não aqueles relacionados ao trabalho desempenhado por eles no âmbito do processo. SENTENÇA REFORMADA EM PEQUENA EXTENSÃO. RECURSO PROVIDO EM PARTE.

Apresentados embargos de declaração pela parte agravante, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 6.209-6.214).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 6.216-6.246), fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, a recorrente alegou violação aos arts. 3º, 5º, 188, 269, 277, 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015; 187 do CC; 15 da Lei n. 9.492/1997; e 94, I, § 3º, da Lei n. 11.101/2005.

Sustentou que o Tribunal local foi omissos, pois se tivesse levado em consideração que a parte recorrida praticou ato que comprova sua ciência inequívoca acerca do protesto (ajuizamento da ação cautelar) e que deixou de impugnar qualquer vício de intimação, haveria a possibilidade de essa questão alterar substancialmente o resultado do julgamento.

Destacou que ao ter a Corte estadual extinguido o processo sem julgamento do mérito e adotado a (falsa) premissa de que a intimação do protesto, realizada pelo Tabelionato de Protesto competente, se deu de forma irregular, os acórdãos recorridos

Superior Tribunal de Justiça

violaram as disposições dos arts. 15 da Lei n. 9.492/1997, e 94, I, da Lei n. 11.101/2005.

Salientou que se ninguém se dispuser a receber a intimação no endereço fornecido pelo apresentante, a intimação deve ser feita por edital, tal como ocorreu no caso em apreço.

Registrou que considera inadmissível se determinar o cancelamento de um protesto por suposta irregularidade na intimação de uma empresa que, desde sempre, teve ciência inequívoca do protesto do título, fato, inclusive, que asseverou ter sido reconhecido pela parte recorrida na contestação apresentada.

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial, por ausência de violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015; em virtude de não ter sido demonstrada a ofensa aos artigos apontados; e em razão da incidência da Súmula 7/STJ.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 6.397-6.406 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC/2015.

Assim, no que diz respeito à negativa de prestação jurisdicional, com razão a recorrente, porquanto, apesar de ter sido instado a se manifestar sobre a eventual ciência da parte recorrida acerca do protesto, uma vez que esta ingressou com ação cautelar, o Tribunal não sanou o vício

A propósito, cito os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. INCONGRUÊNCIA ENTRE A FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA E SUA PARTE DISPOSITIVA. OMISSÃO NO ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. NULIDADE.

1. Assiste razão à embargante, na medida em que a Corte a quo não respondeu ao questionamento formulado na via dos embargos declaratórios relativo à incongruência entre a fundamentação da sentença primária e sua parte dispositiva.

[...]

4. Tendo o acórdão impugnado deixado de analisar matéria de relevância para o deslinde da controvérsia, impõe-se o

reconhecimento de sua nulidade por ofensa ao art. 1.022, inciso II, do CPC/2015.

5. Recurso especial a que se dá provimento para anular o acórdão dos embargos de declaração e determinar o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado em sede declaratória.

(REsp 1657996/RN, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017)

RECURSO ESPECIAL. QUESTÕES SUSCITADAS EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC CONFIGURADA. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO.

1.- Negativa de prestação jurisdicional configurada no caso, por infringência ao artigo 535 do Código de Processo Civil, voltando o caso à origem para novo julgamento dos Embargos de Declaração.

2.- Em processo em que recebido pedido de reconsideração do Acórdão, posterior à interposição de Recurso Especial, como Agravo Regimental, para não conhecê-lo, o Acórdão, embora fundamentado, não enfrentou todas as questões, conquanto reclamado o exame por Embargos de Declaração. Impossível, nesta instância, reexaminar todas essas matérias interligadas, de interesse para o deslinde do caso. De rigor o provimento do Recurso Especial, para anular o julgamento dos Embargos de Declaração, com retorno à origem.

3.- Recurso Especial provido, anulando-se o Acórdão dos Embargos de Declaração, para que outro seja proferido, com expresse julgamento da questão assinalada.

4.- Agravo no Recurso Especial prejudicado pela perda do objeto. (REsp n. 1.424.420/CE. Relator Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 11/2/2014, DJE 28/2/2014).

No caso, a pretensão da recorrente, nos embargos de declaração de fls. 6.185-6.190 (e-STJ), era obter pronunciamento judicial acerca da ciência inequívoca da parte recorrida do protesto para fins falimentares, pela propositura de ação anterior ao pedido de falência, com vistas à sustação do protesto.

Constata-se, portanto, que o acórdão combatido, a despeito da oposição de embargos declaratórios, deixou de sanar a omissão sobre questão relevante, impondo-se, assim, o retorno dos autos para que o órgão competente realize novo julgamento dos embargos de declaração.

A análise das demais questões e do recurso especial apresentado por INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL,

Superior Tribunal de Justiça

ficam prejudicadas.

Por todo o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial de PEM ENGENHARIA LTDA. a fim de, reconhecendo a existência de omissão na decisão, anular o acórdão que julgou os embargos de declaração de fls. 6.209-6.214 (e-STJ) e determinar que outro seja proferido, sanando-se o vício, como entender de direito.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

